Medida Provisória 417/2008

Emenda Aditiva

Acrescente-se à Medida Provisória 417, de 31 de janeiro de 2008, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Acrescenta-se o \S 4º ao art. 5º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003:

"Art. 5º

§ 4° havendo interesse do ente federativo, poderá a Polícia Federal celebrar convênio com as Secretarias de Segurança dos Estados e do Distrito Federal para expedição do certificado de registro e recadastramento de armas de fogo;

Justificativa

De acordo com a Lei nº 10.826/03, os registros de propriedade, expedidos pelos órgãos estaduais, deverão ser renovados mediante o pertinente registro junto à Polícia Federal.

No entanto, para que esse recadastramento das armas alcance o sucesso desejado, é indispensável a realização de convênios entre o Governo Federal e as Secretarias Estaduais de Segurança, a fim de agilizar os procedimentos e tramites.

Subsecretaria de Apolo às Comissões Mistas
Recebido em 17 1 02 1200 8 às 72 ex



Desta maneira, o cidadão poderá submeter-se às exigências da Lei em seu Município, ao invés de deslocar-se dezenas ou centenas de quilômetros até uma delegacia de Polícia Federal.

No entanto, é necessário ressaltar que, mesmo com a realização dessas convênios, o controle deste processo continuará nas mãos da Polícia Federal.

DEPUTATO GERMANIS/BA

Sala das Sessões, em de

de 2008.

